


VIVÊNCIA DA EXTENSÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA
EXPERIENCE OF EXTENSION IN THE PEDAGOGY COURSE
EXPERIMENTANDO LA EXTENSIÓN EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-283>

Data de submissão: 24/11/2025

Data de publicação: 24/12/2025

Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Danielle Silva da Rocha Correia

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade de Pernambuco (UPE)

Silvana Gomes de Araújo

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte

RESUMO

Este artigo analisa a política de inserção curricular da extensão, no contexto da prática, a partir da vivência de uma componente curricular de extensão, no formato de disciplina, no âmbito do curso de pedagogia, oferecido em período noturno, em uma universidade pública estadual. Utilizou-se neste estudo, a abordagem do ciclo de política, proposto por Stephen Ball (Mainardes, 2016) na perspectiva de compreender o contexto da prática. A vivência no formato de componente curricular de extensão, organizado em torno do conteúdo políticas da educação básica, proporcionou aos extensionistas, experiências didáticas na direção das estratégias das políticas de educação infantil, da creche à alfabetização. Destacou-se o protagonismo estudantil em planejar e realizar processos de diálogos com a comunidade externa, contribuindo assim para elevar, no estudante, o senso de responsabilidade social e o compromisso com a transformação da realidade. A vivência da extensão em formato de disciplina impõe restrições ao princípio da interdisciplinaridade, na medida em que se fecha em conteúdos teóricos específicos e torna as atividades aligeiradas e, dado ao limite da carga horária, com baixa perspectiva de continuidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Política Educacional. Formação de Professores. Extensão em Pedagogia.

ABSTRACT

This article analyzes the extension curricular insertion policy, in the context of practice, from the experience of an extension curricular component, in the discipline format, in the scope of the pedagogy course, offered in the evening period, in a state public university. Used in this study, the approach to the policy cycle, proposed by Stephen Ball (Mainardes, 2016) in the perspective of understanding the context of practice. The experience in the format of an extension curricular component, organized around the content of basic education policies, provides extension workers with didactic experiences in the direction of the strategies of early childhood education policies, giving rise to literacy. Highlighting student protagonism in planning and carrying out dialogue

processes with the external community, thus contributing to elevate the student's sense of social responsibility and commitment to the transformation of reality. Expanding experience in discipline format imposes restrictions on the interdisciplinary principle, to the extent that it is dated in specific theoretical contents and makes activities lightened and, given the limit of the workload, with a low perspective of continuity.

Keywords: University Extension. Educational Policy. Teacher Training. Pedagogy Extension.

RESUMEN

Este artículo analiza la política de integración de actividades de extensión en el currículo, en el contexto de la práctica, a partir de la experiencia de un componente curricular de extensión, en formato de curso, dentro del programa de pedagogía, impartido en horario vespertino en una universidad pública estatal. Este estudio utilizó el enfoque del ciclo de políticas propuesto por Stephen Ball (Mainardes, 2016) para comprender el contexto de la práctica. La experiencia, en formato de componente curricular de extensión, organizado en torno al contenido de las políticas de educación básica, proporcionó a los extensionistas experiencias didácticas para la orientación de estrategias de políticas de educación infantil, desde la guardería hasta la alfabetización. Se destacó el papel protagónico de los estudiantes en la planificación y ejecución de procesos de diálogo con la comunidad externa, contribuyendo así a fortalecer su sentido de responsabilidad social y compromiso con la transformación de la realidad. La experiencia de los programas de extensión universitaria en formato de curso impone restricciones al principio de interdisciplinariedad, ya que se centra en contenidos teóricos específicos, superficializa las actividades y, dada la limitada carga horaria, ofrece pocas perspectivas de continuidad.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Política Educativa. Formación Docente. Extensión en Pedagogía.

1 INTRODUÇÃO

A política de inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação, regulamentada pela Resolução 07 do CNE 2018 (Brasil, 2018), põe em curso diferentes práticas, contornos e mudanças na organização curricular, na tentativa de acomodar na cultura do ensino vigente nas instituições de ensino superior no Brasil, no sentido de materializar a extensão universitária como componente curricular obrigatório, em no mínimo 10% da carga horária dos cursos.

Por tudo que pode representar, a política de inserção curricular da extensão no Brasil (Brasil, 2018) se apresenta como elemento fundamental para pensar uma universidade na perspectiva de uma construção horizontalizada e coletiva do conhecimento e das formas de produzi-lo na universidade. Como eixo central dessa política, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa integrar as ações educativas de produção, aquisição e partilha de conhecimentos.

Este artigo analisa a política de inserção curricular da extensão, no contexto da prática, a partir da vivência de uma componente curricular de extensão, no formato de disciplina, no âmbito do curso de pedagogia, oferecido em período noturno, em uma universidade pública estadual.

Este estudo vem em continuidade a pesquisa recém publicada por Rodrigues, et al (2025), acerca da inserção da extensão em cursos de licenciatura na Universidade de Pernambuco, evidenciando que esta política avança em uma perspectiva colaborativa e dialógica, com a participação ativa de docentes, estudantes e comunidade, mesmo que esse caminho ainda encontre obstáculos para vivência de experiências mais livres.

A inserção em formato de disciplina, uma das opções insituidas pela UPE, denominada Disciplina Curricular de Extensão - DCEExt, como é o caso do componente curricular, experiencia que aqui está em análise, “tende a limitar o nível de resposta e de interação com a comunidade externa” (Rodrigues, et al, 2025. p. 255).

Utiliza-se neste estudo, princípios metodológicos fundados na abordagem do ciclo de política proposto por Stephen Ball (Mainardes, 2016), considerado um mecanismo de análise de políticas. Política é entendida como processo complexo em permanente mudança, e que sua análise requer uma observação em perspectiva tridimensional, também chamado de contextos, a serem observados na perspectiva do campo de influência, do próprio texto e dos resultados.

Nesse sentido, neste artigo buscou-se abordar a análise da política no contexto da prática, buscando entender, no contexto micro da política, como vem sendo desenvolvida, como os envolvidos interpretam os textos e que mudanças a política produz na prática das organizações e nos espaços públicos objeto e objetivo dela. É nesse contexto, o da prática, que nos detemos, para compreender, a partir da vivência do componente, os limites e possibilidades da extensão vivenciada em formato

de disciplina, denominada de Disciplina Curricular de Extensão - DCExt.

2 A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A incorporação da extensão universitária aos currículos de formação docente, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, (Brasil, 2018), representa um marco paradigmático na concepção da articulação entre teoria e prática na formação inicial de professores. No âmbito do curso de Pedagogia, essa diretriz instaura uma lógica formativa que transcende a sala de aula, ancorando-se na interlocução crítica entre universidade e territórios educativos, com vistas à transformação social e ao reconhecimento dos saberes emergentes da interação com as comunidades.

Sob essa perspectiva, Paulo Freire (1996) afirma que toda prática educativa é, por natureza, um ato político, uma vez que envolve decisões éticas, valores humanos e visões de mundo. Ao defender uma pedagogia sustentada no diálogo e na reflexão crítica da realidade, Freire convida o educador a posicionar-se como sujeito histórico, capaz de intervir no mundo e transformá-lo. Essa concepção está diretamente relacionada à proposta extensionista, que se distancia de abordagens assistencialistas e transmissivas, propondo, em seu lugar, um campo fértil de aprendizagens compartilhadas e experiências formativas construídas na relação horizontal com os sujeitos e os contextos.

Corroborando esse entendimento, Nóvoa (2017) argumenta que a formação de professores deve ser concebida como um processo coletivo, situado e experiencial, o qual se constrói na inter-relação entre os contextos e os sujeitos que compõem o universo escolar. Segundo Nóvoa, é preciso superar modelos formativos fragmentados e tecnicistas. Para isso, faz-se necessário reconhecer a docência como uma atividade complexa, relacional e socialmente referenciada. A extensão universitária, nesse cenário, emerge como um dispositivo formativo potente, capaz de aproximar os licenciandos das contradições concretas das unidades escolares e de fomentar a construção coletiva de alternativas pedagógicas.

Boaventura de Santos (2006) contribui com esse debate ao propor a noção de “ecologia de saberes”, que reivindica a produção de conhecimento a partir de uma relação horizontal entre saberes acadêmicos e populares. A extensão, nessa chave epistemológica, constitui-se como território de ruptura e de reexistência, no qual os futuros pedagogos são convocados a reconhecer-se como aprendizes das comunidades e a ressignificar sua identidade formadora.

Nessa mesma direção, Zeichner (2010) enfatiza a centralidade da prática reflexiva na formação docente, afirmando que é no enfrentamento de situações-problema reais que os licenciandos constroem saberes significativos, superando a mera aplicação mecânica de teorias. A extensão

universitária, portanto, não apenas aproxima os estudantes das realidades escolares, mas favorece uma formação docente mais engajada, ética e sensível aos desafios sociais, contribuindo para transformar, de forma concreta, as condições de vida e aprendizagem nos territórios educativos.

Do ponto de vista das competências docentes, a extensão universitária contribui decisivamente para a constituição identitária do professor, desenvolvendo habilidades essenciais como o diálogo, a escuta sensível, a análise crítica e a intervenção pedagógica situada. Segundo Pimenta (2012), a docência é uma atividade essencialmente social e reflexiva, que requer a articulação entre conhecimentos científicos, saberes da experiência e interação com os sujeitos educativos.

Complementarmente, Imbernón (2009) afirma que formar-se como educador é um processo contínuo, que se realiza na relação com os contextos e na capacidade de refletir criticamente sobre a prática. A vivência extensionista, nesse processo, expande os horizontes formativos, permitindo que o futuro pedagogo compreenda a pluralidade e a complexidade dos espaços educativos e se comprometa com ações transformadoras.

Tardif (2014) ressalta a pluralidade dos saberes docentes e a necessidade de compreendê-los em sua relação orgânica com o cotidiano escolar. A extensão, ao propiciar a inserção do licenciando em contextos reais, favorece a interlocução direta com os saberes práticos e com os sujeitos que os produzem, funcionando como elo vivo entre universidade e escola.

Em sintonia com essa perspectiva político-formativa, Hannah Arendt (1958) compreende a ação política como uma expressão fundamental da condição humana, marcada pela capacidade de agir em conjunto no espaço público e de responder pelas consequências dessas ações. Nesse sentido, a participação em projetos de extensão oferece aos estudantes a oportunidade de ultrapassar os contornos da educação formal e se engajar em experiências de práxis política, nas quais exercitam a autonomia, a responsabilidade coletiva e o compromisso ético com a transformação da realidade.

Dessa forma, é essencial compreender que a vivência extensionista contribui significativamente para que o futuro pedagogo reconheça seu papel como sujeito político. Nessa direção, Freire (1996) lembra que assumir uma posição política significa posicionar-se diante das injustiças e comprometer-se com uma educação orientada por valores críticos e emancipatórios. Inserida nesse horizonte, a extensão universitária nos cursos de Pedagogia não deve ser reduzida a uma exigência normativa: ela representa uma via concreta para promover uma formação docente mais integral, conectada às realidades sociais e alicerçada em princípios éticos, críticos e transformadores.

3 A ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM DISCIPLINA

A disciplina em pauta, “Vivência Extensionista IV – Políticas Atuais da Educação”, ofertada

no quinto período do curso de Pedagogia, foi concebida como um espaço formativo voltado à aproximação reflexiva dos estudantes com os contextos concretos das políticas públicas educacionais. Ao propor essa imersão nos territórios e realidades vividas, a disciplina buscou favorecer o desenvolvimento de competências investigativas, analíticas e propositivas, possibilitando que os licenciandos compreendessem as políticas não apenas como textos normativos, mas como práticas em disputa e em constante reinvenção.

O tempo estabelecido para o cumprimento deste componente curricular, foi de 60hs, sendo 50% dedicado à formação teórica, com vista ao aprofundamento do conteúdo proposto, as políticas atuais da educação básica e ao planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades. Os demais 50% da carga horária foi dedicada para a atividade prática da extensão.

A atividade teórica focou o conhecimento e análise da política de educação básica, a partir de documentos orientadores, sobretudo os Planos Municipais, o Plano Estadual de Educação de Pernambuco e o Plano Nacional de Educação (PNE). Buscou-se compreender em cada etapa e eixos, o diagnóstico atual das políticas, as estratégias e as metas defendidas.

Considerando que uma das atuações do profissional da pedagogia é a creche e a pré-escola, o estudo e a análise da política acabou focando essas etapas da educação.

De modo geral o problema da política no âmbito da pré-escola, se coloca sobretudo no o atendimento à creche e pré-escola, a necessidade de ampliar a oferta de matrículas. Em Pernambuco, em consonância com a proposta para o PNE 2025- 2035, os objetivos da política afirmam a necessidade de ampliar a oferta de vagas em creches de 30% para, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos e universalizar, até 2035, a educação de crianças na pré-escola, de 04 a 5 anos.

Para o caso específico da creche, a meta do PNE é ampliar a oferta de educação infantil para, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, ao final da vigência deste plano. Para a educação infantil, a meta é universalizar até o 03 ano de vigência do PNE, o acesso à educação infantil, para atender crianças de 4 a 5 anos.

O desafio foi então inserir extensionistas no desenvolvimento da política no âmbito dos municípios, de modo a compreender o diagnóstico, as metas e estratégias que foram apontadas no Plano Municipal. Assim, a atuação dos extensionistas prescinde da compreensão sobre as causas críticas enfrentadas por cada município e a compreensão das estratégias propostas pela política ao longo da última década.

Observou-se que nos municípios pernambucanos da Zona da Mata Norte, região em que estão inseridos estudantes desta disciplina, as causas críticas e as estratégias podem ser assim resumidas: a) não têm estrutura física. A estratégia é construir, reestruturar e/ou adquirir equipamentos para

atender crianças de 0 a 3 anos; b) A demanda rural é especializada: Realizar busca ativa para identificar e inserir crianças de 0 a 3 anos em atendimento de creche; c) Dificuldade no deslocamento das crianças: Garantir transporte adequado para educação infantil; d) não existe equipamento público para crianças de 4 a 5 anos na zona rural: Implementar programas pedagógicos específicos à demanda de escola do campo; Construir, reestruturar e/ou adquirir equipamentos para atender crianças de 4 a 5 anos na zona rural.

A questão da alfabetização, meta 5 do Plano Nacional de Educação, conforme analisado no 3o Relatório de Monitoramento do PNE (Inep, 2020), mantém-se com situação estagnada no 3º ano do ensino fundamental. Aponta ainda o relatório que as redes estaduais, apresentam desempenho superior aos dados municipais. No caso das regiões Norte, no quesito leitura, 20% dos estudantes ficaram no nível 1, o que representa elevada desigualdade entre as regiões. (GT PNE, 2024).

Foram fundamentais para a definição do plano de atividade extensionista, compreender as estratégias apontadas pela política, no sentido de orientar os estudantes, no diálogo para construção com a realidade a ser dialogada. O relatório do Inep (2020), apontou dentre outras, três estratégias centrais para avançar as políticas de alfabetização nos municípios, destacando-se: a) estruturar os processos pedagógicos; b) diversificar métodos e propostas; c) desenvolver tecnologias educacionais.

A disciplina de extensão buscou nesse sentido, desenvolver no extensionista, uma postura comprometida com a justiça social, a gestão democrática e a transformação dos territórios educativos onde os licenciandos atuam.

Do ponto de vista metodológico, a disciplina ancorou-se na pesquisa-ação, cuja estrutura cíclica - diagnóstico, ação, avaliação e reflexão - orientou todas as etapas do processo formativo.

A etapa inicial da disciplina concentrou-se na análise crítica dos planos educacionais, com atenção especial às metas, estratégias e indicadores que orientam a política educacional em diferentes esferas. Esse processo permitiu que os estudantes identificassem contradições, fragilidades e desafios recorrentes na concretização dessas políticas em seus contextos de origem. Essa abordagem territorializada favoreceu uma escuta mais atenta às dinâmicas locais e contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das especificidades que marcam os diferentes cenários educacionais.

Com base nos diagnósticos realizados, os grupos construíram planos de ação extensionistas, direcionando suas intervenções para temas considerados centrais, tais como educação infantil, alfabetização, inclusão e educação integral. Essas propostas foram concebidas em consonância com os princípios que orientam a extensão universitária, pautando-se pelo diálogo com a comunidade, pelo compromisso formativo dos envolvidos e pela busca de transformações socialmente significativas. Nesse processo, os licenciandos puderam experimentar, de forma concreta e situada, a

articulação entre teoria e prática, elaborando ações comprometidas com os contextos e com os sujeitos aos quais se destinavam.

As ações foram desenvolvidas em instituições públicas e espaços comunitários, assumindo diversos formatos (rodas de conversa, oficinas, entrevistas, seminários participativos), sempre guiadas por princípios de escuta ativa, valorização de saberes locais e construção coletiva do conhecimento.

Ao longo da realização das atividades, os estudantes foram incentivados a produzir diferentes registros da experiência, como diários de campo, fotografias e relatos reflexivos. Esses materiais serviram de base para a análise crítica do percurso formativo, permitindo não apenas a sistematização das vivências, mas também a construção de compreensões mais densas sobre os processos envolvidos. A partir dessa documentação, foi possível elaborar sínteses individuais e coletivas que contribuíram para o desenvolvimento de uma postura mais reflexiva, ética e comprometida com a prática educativa.

Ao final do percurso, os grupos sistematizaram os aprendizados e impactos das ações por meio de relatórios em formato de resumo expandido, apresentados na 5ª Mostra de Vivências Extensionistas da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Mata Norte. Essa socialização pública do conhecimento evidenciou não apenas os resultados alcançados, mas também o potencial formativo da extensão como experiência integradora entre universidade e comunidade.

A vivência extensionista gerou impactos expressivos tanto no percurso formativo dos estudantes quanto nas instituições envolvidas. Do ponto de vista da formação docente, foi possível identificar o aprimoramento de competências fundamentais, como a capacidade de realizar diagnósticos contextualizados, planejar ações pedagógicas alinhadas à realidade local e refletir criticamente sobre as práticas desenvolvidas. Já nas instituições parceiras, as ações extensionistas contribuíram para mobilizar debates pedagógicos, fortalecer o compromisso com as metas educacionais e estreitar os laços entre a universidade e os territórios educativos.

4 DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

As experiências vivenciadas na disciplina de extensão, ao longo do semestre 2025.1, foram realizadas em pequenas equipes, no decorrer da disciplina e registradas em diários de extensão. O diário foi alimentado coletivamente e proporcionou aos estudantes uma oportunidade de registro abrangente, construído a partir da vivência e percepção individual de cada participante da equipe. A turma formada por 45 estudantes, se organizou em cerca de 10 grupos, conforme temas de interesse e sobretudo proximidade geográfica em torno do local escolhido para a atividade.

As atividades foram realizadas ao longo do semestre, intercalando com aulas teóricas sobre o

conteúdo da política e a elaboração do planejamento de cada grupo. Seguindo as etapas da pesquisa-ação, o diagnóstico envolveu o tempo de estudo e planejamento das atividades, incluídos aí leituras dos planos nacional, estadual e municipal de educação. Os estudantes foram estimulados ainda a buscar informações a partir de diálogos com o grupo focal, formado por pessoas nos municípios que atuam na área (secretários de educação, diretores de escolas, professores, pais, especialistas). As atividades nasceram nesse contexto, como resposta a necessidades das escolas e das habilidades dos estudantes

Os relatos a seguir representam um resumo apresentado pelos extensionistas na 5ª Mostra de Vivências Extensionistas, realizada pelo curso de Pedagogia na Universidade de Pernambuco - UPE, Campus Mata Norte.

4.1 EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS VIVENCIADAS EM CONTEXTO DE CRECHE

4.1.1 Creche: Formação Continuada dos (as) Professores (as)

A atividade extensionista foi desenvolvida a partir da escuta com professores da rede municipal de ensino das cidades de Aliança/PE e Surubim/PE. Para isso, foi estabelecido um grupo focal com representantes da Secretaria Municipal de Educação e professores atuantes em creches, com a finalidade de compreender como ocorriam os processos de formação docente naquele contexto.

No diálogo com o grupo focal foi possível perceber a necessidade que os professores têm em realizar atividades que auxiliem diretamente nas rotinas pedagógicas, foi então sugerido pelo grupo uma momento de observação em sala de aula para que fosse melhor compreendido o contexto.

A partir da observação feita com crianças de 1 a 3 anos e experiência vivenciada foi evidente a necessidade de promover espaços de formação continuada que estejam conectados com as práticas reais das creches. Foi possível compreender a importância de políticas públicas que promovam a formação continuada com base nos princípios estabelecidos pelo PNE e pelo PEE-PE.

4.1.2 Pequenos Inventores do Amanhã – Imaginação que Transforma

O projeto foi aplicado em uma escola com uma turma de maternal II, o grupo focal foi composto por professoras da creche, a diretora e vice-diretora, a equipe de coordenação pedagógica, além de pais e responsáveis pelas crianças atendidas. Participaram também a Secretária de Educação do município de Surubim e a diretora de Educação Infantil.

A escuta realizada com o grupo foi fundamental para que houvesse a compreensão de como tem sido o trabalho daquela escola e também como o município tem desenvolvido suas atividades a partir das orientações do Plano Municipal de Educação. No diálogo com a equipe da creche,

emergiram relatos sobre a falta de capacitações continuadas e ausência de planejamento pedagógico.

Após o diagnóstico do grupo sobre o funcionamento da escola, o qual proporcionou uma visão geral de todas as necessidades da creche, foi possível compreender as melhorias que deveriam ser feitas em relação a infraestrutura, formação de professores e planejamento pedagógico, a escassez de recursos que permitam a diversificação das atividades e de práticas educativas. Em virtude dessas carências, observamos que, em alguns momentos, o uso de telas é empregado como forma de entretenimento das crianças, em substituição a atividades mais interativas.

O projeto aplicado naquela escola trouxe experiências exitosas para o grupo, o qual pode aplicar na prática tudo o que foi visto e discutido em sala de aula: planejaram atividades, confeccionaram materiais pedagógicos utilizando materiais recicláveis e aplicaram atividades enriquecedoras que contribuíram com o aprendizado do grupo.

Experiências extensionistas vivenciadas em contexto de Alfabetização

4.1.3 Alfabetização de alunos do segundo ano do fundamental I

Este projeto foi desenvolvido no município de Limoeiro, os estudantes utilizaram como grupo focal a gestão, a professora dos alunos do segundo ano e alguns funcionários da escola, a ideia inicial foi de observação do funcionamento da escola e realização de entrevista com pais de estudantes.

De acordo com relatos dos estudantes, o diálogo com a comunidade escolar foi enriquecedor, foi possível perceber a falta de preparo dos estudantes que chegam do 1º ano, com dificuldades, enfatizaram a fala da professora que deixou claro a dificuldade em dar continuidade aos conteúdos porque os alunos não conheciam as letras do alfabeto.

Os estudantes não conseguiram conversar com a coordenação escolar, mas enviaram um e-mail com algumas perguntas na tentativa de compreender questões observadas na escola. Mesmo diante das dificuldades encontradas a aplicação das atividades foram realizadas.

4.1.4 Aprendizagem no ensino fundamental: Direitos e Desafios

Este grupo realizou a aplicação do projeto em uma escola e teve a oportunidade de dialogar com a comunidade escolar, tendo como grupo focal estudantes do 5º ano onde foi possível dialogar sobre a aprendizagem e as dificuldades enfrentadas, o outro grupo focal foi realizado com a gestão e os coordenadores da escola, estes compartilharam sobre os desafios vivenciados com alunos atípicos, as dificuldades de leitura dos alunos de maneira geral e também falaram sobre o planejamento com as famílias, as quais são participativas, além do acompanhamento que faz com os professores para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes, para isto são desenvolvidas atividades esportivas

semanais e projetos interdisciplinares.

O projeto teve como objetivo principal sensibilizar os atores envolvidos sobre a importância da colaboração para construir um ambiente escolar adequado onde os alunos tenham um aprendizado de excelência, que desenvolvam um senso crítico, entendendo que para que isso aconteça é preciso que haja o envolvimento de todos.

4.1.5 Viajando no mundo da leitura: Respeitando as diferenças

A aplicação deste projeto de extensão teve como foco principal relacionar a alfabetização com o ensino de valores essenciais. Para isso, promoveu a convivência social e o respeito às diferenças por meio de atividades inspiradas na literatura infantil e em práticas pedagógicas lúdicas. A proposta foi realizada com alunos do segundo ano em uma escola pública no município de Macaparana- PE.

Baseado na proposta da BNCC a qual propõe que o processo de alfabetização seja atravessado por práticas pedagógicas contextualizadas e integradas às experiências e realidades dos estudantes, a aplicação do trabalho foi baseada na obra "Menina Bonita do Laço de Fita", de Ana Maria Machado e O Patinho Feio, da autora Marismar Borém.

Neste contexto, a literatura infantil se mostra uma ferramenta poderosa de ensino, capaz de envolver os alunos e estimular a imaginação provocando importantes questionamentos sociais.

4.1.6 Mergulhando no mundo da leitura: Respeitando as diferenças

A partir dos estudos realizados em sala de aula a aluna decidiu desenvolver uma proposta de atividade com base na Meta 5 do Plano Nacional de Educação - PNE. O projeto foi aplicado em uma escola pública localizada no município de Macaparana, com uma turma do 2º ano.

A metodologia do projeto foi organizada em dois encontros, com propostas pedagógicas baseadas na leitura de obras da literatura infantil, visando ao desenvolvimento da alfabetização e à valorização da diversidade. As literaturas utilizadas para o desenvolvimento das atividades foram Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado, que contribuiu para as atividades do primeiro encontro e O Patinho feio de Marismar Borém que deu suporte ao segundo encontro.

As atividades propostas buscaram integrar ludicidade, leitura e escrita, promovendo a construção do conhecimento de forma significativa e respeitando às diferenças individuais dos alunos, as mesmas contribuíram para o desenvolvimento da leitura, escrita e consciência fonológica dos alunos.

Participaram do grupo de foco a gestora da escola, a coordenadora pedagógica e a professora do 2º ano, durante o diálogo, foi possível perceber que a escola ainda não possui projetos robustos

relacionados à alfabetização, mas observou-se o empenho voltado para à alfabetização.

4.1.7 Pula silábica: Aprendendo com o corpo

O projeto foi desenvolvido em uma escola municipal com uma turma do 1º ano fundamental, no primeiro momento a equipe procurou formar o grupo focal com profissionais da secretaria de educação e da escola onde o projeto seria aplicado e neste contato com os profissionais foi possível conhecer um projeto que é desenvolvido sobre alfabetização que contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos.

A partir das observações e contatos feitos pela equipe, foi decidido que o projeto teria o objetivo de estimular a consciência fonológica e pré silábica dos alunos para desenvolver a consciência fonológica, por meio de associação entre imagem, som e alfabeto móvel formulando as palavras.

O projeto teve uma excelente receptividade da comunidade escolar, o contato com o grupo focal e as atividades desenvolvidas durante toda a aplicação do projeto foi a culminância de todo o processo de aprendizado teórico que proporcionou aos alunos a disciplina a vivência extensionista.

4.1.8 Brincar, Ler e Pertencer: Alfabetizar com os Saberes dos Povos Indígenas

Os alunos inicialmente se basearam nos estudos direcionados a partir das diretrizes propostas para o tema como Plano Nacional de Educação - PNE, Plano Estadual de Educação - PEE e Plano Municipal de Educação - PME, além da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e outras, os quais estabelecem metas para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

A proposta foi aplicada em uma turma do 2º ano do ensino fundamental, na Escola Irmã Guerra, uma escola da rede municipal de ensino público de Nazaré da Mata - PE,

Foi possível identificar que a escola demanda de pouca oferta de projetos direcionados e que servissem de reforços para a alfabetização dos alunos. No dia da intervenção do projeto, optou-se por concentrar esforços na valorização da cultura indígena. As ações envolveram apresentação do grupo extensionista, diálogo com os alunos sobre conhecimentos prévios, exposição didática sobre o Dia dos Povos Indígenas e leitura compartilhada do livro “Tem Tupi na oca e em quase tudo que se toca”, de Walther Moreira Santos. As crianças participaram com entusiasmo, demonstrando engajamento, curiosidade e alegria.

A partir da aplicação do projeto foi possível diagnosticar a necessidade de articulação entre gestão, coordenação e docentes no intuito de fortalecer políticas de alfabetização equitativas e

culturalmente sensíveis.

Diante das experiências vividas, o grupo extensionista relatou que foi possível “vivenciar os desafios da alfabetização e a importância de promover práticas pedagógicas humanizadoras e contextualizadas”. Inspirados por Paulo Freire, compreendeu-se que a leitura da realidade deve caminhar junto à leitura da palavra, promovendo um ensino significativo”.

4.2 EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS VIVENCIADAS NA ÁREA DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

4.2.1 Promovendo a Educação Digital: Aprendizagem prática com base na tecnologia desplugada

O projeto foi aplicado em uma escola do povoado de Umari, município de Bom Jardim, os estudantes relataram que o grupo focal seria composto por gestores, professores e funcionários da secretaria de educação, na ocasião seria apresentada a proposta idealizada pelo grupo de estudantes, no momento da escuta destacaram a fala da secretária de educação, a qual enfatizou as perspectivas e projetos que estão sendo planejados para as políticas públicas relacionadas a tecnologia educacional do município. O ponto principal da conversa dos estudantes com o grupo focal foi a utilização da tecnologia e como se aplica em sala de aula.

O grupo utilizou como base para fundamentar sua proposta, as normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre Computação na Educação Básica. Utilizaram atividades como: Contando os pontos - Números binários, vinte palpites - teoria da informação e o jogo da laranja - roteamento e bloqueios de redes, as quais buscaram suporte no site <https://desplugada.ime.unicamp.br/atividades.html>.

Foi possível perceber o desenvolvimento dos estudantes na aplicação do projeto e também a resposta positiva da comunidade escolar e familiar, os quais demonstraram que podem ajudar na identificação das potencialidades e desafios do uso da tecnologia, inclusive quando não estiverem diretamente ligados a dispositivos eletrônicos, como nas atividades desplugadas.

4.2.2 A Educação Especial e o Ensino da Libras para ouvintes: conscientização sobre inclusão e os desafios do asseguramento

Este projeto foi realizado em um ambiente não escolar na Igreja Espírita Caminho de Luz, na cidade de Nazaré da Mata, o grupo focal foi organizado com crianças e adolescentes entre 6 -14 anos, os pais ou responsáveis das mesmas e a gestão escolar. A aplicação do projeto aconteceu em dias não úteis, devido à falta de disponibilidade da maioria dos membros do grupo durante a semana.

O grupo optou por escolher uma temática relacionada à garantia do acesso, e a aprendizagem da educação especial, bilíngue de surdos, a dinâmica do trabalho contou com confecção de vários materiais didáticos produzidos pelo grupo que propôs o projeto.

Os encontros para a realização das atividades, as conversas com todos os envolvidos naquele ambiente, levantou muitos questionamentos sobre as dificuldades que as crianças, adolescentes e pais/responsáveis enfrentam diariamente, foi possível perceber que falta conhecimento no que diz respeito aos direitos destas crianças e adolescentes, não sabendo que muitas questões podem e devem ser cobradas do poder público.

Observar que os estudantes se dedicaram à elaboração da atividade e utilizam de muita criatividade na hora de planejar e realizar as ações, evidenciando assim um protagonismo característico da atividade extensionista.

5 CONSIDERAÇÕES

O primeiro desafio que se impõe ao desenvolvimento da política de inserção da extensão diz respeito à própria concepção do currículo, a necessária compreensão flexível da organização do processo formativo, no sentido de favorecer autonomia ao estudante na construção de sua trajetória acadêmica. Deve-se considerar que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo. Integra-se ao currículo, não apenas os componentes formais de ensino, mas também experiências extensionistas, com vistas à formação integral e interdisciplinar do estudante.

Defende-se nesse sentido a flexibilidade na concepção do currículo, que não implica fragmentação do conhecimento, mas sim em uma integração coerente entre teoria e prática. O desenvolvimento das atividades de extensão visam colocar à disposição do estudante um espaço de experimentação e inovação, de modo a estimular e desenvolver habilidades transversais, como trabalho em equipe, comunicação, criatividade, sistematização, pesquisa e responsabilidade social, essenciais para os desafios do mundo contemporâneo.

A inserção curricular da extensão, concorda-se, por si não garante uma formação diferenciada, mas potencialmente tende a ser promissora quanto a uma formação de professores mais engajados e preparados para o enfrentamento da realidade social (Ohira & Souza, 2024). No entanto, a extensão no currículo pode ser um experiência rica em desafios que potencializa oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional como docente em diferentes contextos.

A experiência relatada neste artigo, aponta questões centrais à vivência curricular da extensão, entre os quais, o uso do tempo. Por um lado, o tempo que de fato se dedica à atividade teórica no

componente DCEExt. Por se tratar de atividade curricular de extensão, a prioridade é o planejamento e a avaliação das atividades extensionistas, e não o ensino do conteúdo teórico. Nesse contexto, é essencial incorporar como ação fundamental da dimensão teórica, o planejamento, o reconhecimento, o diagnóstico do território em que a atividade ocorre. Um esforço em reconhecer a cultura, o modo de vida, as lutas, resistências, os desafios que afetam aquele território. O reconhecimento do território materializa o espaço de comunicação dialógica, possibilita uma atuação de mão dupla entre o conhecimento produzido na instituição universitária e os saberes oriundos da experiência da comunidade. (MEC, 2025).

De outro, o tempo necessário ao estudante para sua efetiva presença no território, de modo a desenvolver uma relação dialógica com a comunidade externa. O tempo curricular previsto para as DCEExt, objeto deste artigo, provoca o aligeiramento das atividades e fragiliza o diálogo com a comunidade externa. Sugere-se a organização das DCExts no currículo possibilitem aos extensionistas a continuidade e o aprofundamento das relações iniciadas com a comunidade externa, evitando-se a fragmentação das atividades, em função do limite do tempo da DCEExt. O tempo da extensão em disciplina, a coloca em condição de projeto de intervenção, em que a academia apenas aplica suas teses e projetos, sem o necessário diálogo acerca do que de fato é necessário para a melhoria da realidade.

A comunidade externa opera em diferentes formas, que podem ser escolas, grupos, organizações, coletivos, movimentos sociais, territórios e indivíduos, associações de bairro, empresas, órgãos públicos até comunidades tradicionais, ONGs e cidadãos comuns. O essencial é que a comunidade externa seja considerada em seus saberes, necessidades, e se beneficiam da troca de experiências com a academia.

Destaca-se ainda o necessário protagonismo do estudante, que deve ir além de funções executoras da atividade em si. Inclui-se no protagonismo o direito de planejar e propor a atividade, conduzir o diálogo com a comunidade externa, ter voz nas definições dos percursos, registrar e refletir a experiência. Ao docente a função estratégica de colaborar no planejamento e na mediação do diálogo com a comunidade externa.

O protagonismo estudantil tem, nesse sentido, a função de estimular o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e políticas, além de fortalecer o senso de responsabilidade social e o compromisso com a transformação da realidade.

A vivência da extensão em formato de disciplina impõe restrições ao princípio da interdisciplinaridade, na medida em que se fecha em conteúdos teóricos. A finalidade da extensão é promover o protagonismo estudantil, estimulando a participação ativa deste na construção do

conhecimento por meio de práticas que envolvem uma abordagem interdisciplinar e interprofissional.

Extensão deve está integrada ao ensino e a pesquisa, em uma relação de indissociabilidade. No entanto, não se confunde com o ensino e/ou a pesquisa. Busca o aprendizado contextualizado, crítico e transformador, uma via de mão dupla que integra teoria e prática, academia e sociedade, favorecendo a formação integral do estudante e o impacto social efetivo de suas ações.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1958.
- BRASIL/ MEC. Extensão em participação social. Documento de referência. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/extensao_em_participacao_social.pdf Acessado em: 16.07.2025.
- BRASIL/CNE. Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, DF. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acessado em 09.12.2023.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GT PNE 2024-2035. Documento de diagnóstico da educação nacional (Versão Preliminar). , 2024. Disponível em: <https://feteesc.org.br/wp-content/uploads/2024/05/versao-preliminar.pdf> Acessado em 17.07.2025.
- IMBERNÓN, Francisco. Formar docentes para uma nova cultura educativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- Ohira, Marcio Akio; Souza, Arnold Vinicius Prado. Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura. Revista Práticas em Extensão, volume 8, número 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i2.3808>
- PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.
- RODRIGUES, L. A. R.; FRANÇA e SILVA, R; CARVALHO, F. C. Política da inserção curricular da extensão em cursos de licenciatura: A experiência da Universidade de Pernambuco. In: SANTOS, S. G. dos; et all. (orgs). Extensão em rede e agenda ODS : possibilidades e desafios. Arapiraca: Eduneal, 2025.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCAFF, Elisangela Alves da Silva ; OLIVEIRA, Marli dos Santos de. Planos decenais de educação: sistematização do monitoramento e avaliação nos cenários estadual e municipal. Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 23, n. 47, p. 141-162, jan./abr. 2018

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

UPE/CEPE. Resolução UPE CEPE 049/2021. Recife, 2021. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1P9Y-gF33xJ_2PRiLYvXV_FO8yfXvxT7b/view Acessado em:
09.12.2023.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 535-554, 2010